



Anais da Assembléia

Nº 150

CURITIBA, QUARTA-FEIRA, EM 01 DE NOVEMBRO DE 1995

ANO XXI

Mesa Diretora

ANIBAL KHURY
Presidente - PTB

LUIZ CARLOS ZUK
1º Vice-Presidente - PDT

NEIVO BERALDIN
2º Vice-Presidente - PP

LUIZ CARLOS MARTINS
1º Secretário - PDT

NELSON GARCIA
2º - Secretário - PFL

EDGARD BUENO
3º Secretário - PSDB

JOÃO TECHI
4º Secretário - PPR

ABIB MIGUEL
Diretor Geral

Lideranças

Governo	Deputado ALGACI TÚLIO
PDT	Deputado VALDIR LUIZ ROSSONI
PMDB	Deputado CAÍTO QUINTANA
PFL	Deputado ÉLIO RUSCH
PT	Deputado ÂNGELO VANHONI
PP	Deputado SÉRGIO SPADA
PPR	Deputado CÉSAR SELEME
PSC	Deputado JOCELITO CANTO
PTB	Deputado NELSON JUSTUS
PSDB	Deputado CEZAR SILVESTRI

Representação Partidária

PMDB - 12: Orlando Pessuti - José D. Mattos do Amaral - Cleiton Kleise - Nereu A. de Moura - Renato G. Adur - Ricardo Chab - Caíto Quintana - José Maria Ferreira - Celso Samis da Silva - Toti Colaço - José Tavares S. Neto - Luiz Cláudio Romanelli; PP - 10: Albanor J. F. Gomes - Duílio Genari - Irondi Pegliesi - Geraldo Cartário Ribeiro - Antonio Annibelli - Sérgio Spada - Augustinho Zucchi - Joel G. Coimbra - Neivo Beraldin - Edson Silva Lino; PDT - 10: Algaci Tulio - Antonio Belinati - Luiz Carlos Martins - Luiz Carlos Zuk - Luiz R. Accorsi Motta - Edno Guimarães - Valdir Rossoni - Milton J. Pupio - Nelson Tureck - Walmor Trentini; PTB - 06: Luiz Carlos Alborghetti - Marcos Alves - Anibal Khury - Nelson Justus - Eduardo Trevisan - Hernas Brandão; PFL - 06: Carlos Simões - Nelson Garcia - Remy Borsato - Élio Lino Rusch - Plauto Miró Guimarães - Basílio Zanusso; PT - 05: Emerson Nerone - Irineu Mário Colombo - Florisvaldo Fier (Dr. Rosinha) - Péricles H. Mello - Angelo Vanhoni; PSDB - 03: Edgar Bueno - Beto Richa - Cezar Silvestri; PPR - 02: João T. Filho - César A. Seleme; PSC - 01: Jocelito Canto.

1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 13ª LEGISLATURA
ATA DA 110ª SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM 1º DE NOVEMBRO DE 1995
(QUARTA-FEIRA)

Presidência do Sr. Deputado Anibal Khury, secretariada pelos Srs. Deputados José Tavares e Nelson Garcia.

As dez horas é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Anibal Khury, Luiz Carlos Zuk, Neivo Beraldin, Luiz Carlos Martins, Nelson Garcia, Edgard Bueno, Techy Filho, Albanor Gomes, Algaci Túlio, Ângelo Vanhoni, Antonio Belinati, Antonio Annibelli, Augustinho Zucchi, Beto Richa, Caíto Quintana, César Seleme, Cezar Silvestri, Cleiton Kielse, Duílio Genari, Durval Amaral, Edno Guimarães, Edson Lino, Doutor Rosinha, Geraldo Cartário, Irondi Pugliesi, José Maria Ferreira, José Tavares, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Alborghetti, Luiz Claudio Romanelli, Milton Puppio, Nelson Tureck, Orlando Pessuti, Péricles de Mello, Renato Adur, Reny Borsatto, Ricardo Chab, Sâmis da Silva, Toti Colaço, Valdir Rossoni e Walmor Trentini (41). Achando-se ausentes os seguintes Srs. Deputados: Basílio Zanusso, Carlos Simões, Eduardo Trevisan, Élio Rusch, Emerson Neroni, Irineu Colombo, Joel Coimbra, Jocelito Canto, Marquinhos Alves, Nelson Justus, Nereu Moura, Plauto Miró Guimarães e Sérgio Spada (13).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

S E S S Ã O.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO - Procede à leitura da Ata da sessão anterior, a qual foi aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO - Procede a leitura do seguinte

E X P E D I E N T E:

Requerimentos:

REQUERIMENTO N° 3287

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que sejam registrados nos anais da sessão de hoje, tramitação em Regime de Urgência ao Projeto de Lei n° 316/95, cuja súmula é a seguinte: "Institui a gratificação de Fiscalização Agropecuária aos Técnicos que prestam serviços no Departamento de Fiscalização - DEFIS da Secretaria de Estado da

Agricultura e do Abastecimento - SEAB".
Sala das Sessões, em 01.11.95
(a) ORLANDO PESSUTI

REQUERIMENTO N° 3288

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, Regime de Urgência ao Projeto de Lei n° 355/95.

Sala das Sessões, em 01.11.95

(a) VALDIR ROSSONI

JUSTIFICATIVA:

O Município de Bituruna, tem interesse em desenvolver alguns projetos, em caráter de urgência, e para tanto necessita do imóvel em questão.

Sendo assim, contamos com o apoio dos demais Pares, no sentido de que aprovelem o requerimento em questão.

REQUERIMENTO N° 3291

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e, com fundamento no disposto pelo artigo 187, § 4º do Regimento Interno, REQUER, após ouvido o Plenário, dispensa de discussão e votação da redação final aos projetos aprovados em 2ª discussão, constantes da Ordem do Dia da presente sessão, que não tenham sofrido emendas no curso de sua tramitação.

Sala das Sessões, em 01.11.95

(a) NELSON GARCIA

REQUERIMENTO N° 3285

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o arquivamento do Projeto de Lei n° 226/95, de minha autoria, visto que o mesmo já é lei e foi apresentado pelo atual Prefeito Municipal de Curitiba, Rafael Greca.

Sala das Sessões, em 01.11.95

(a) BETO RICHÁ

REQUERIMENTO N° 3289

Senhor Presidente.

O Deputado Renato Adur, infra-assinado, no uso de suas atribuições, submete à apreciação da Assembléia Legislativa a seguinte proposição:

REQUER à Mesa, na forma regimental, seja inserto em Ata dos Trabalhos do dia de hoje, "Moção de Apoio" deste Legislativo Estadual, ao nome do Exmo. Sr. Juiz João Oreste Delazen, atual Juiz Togado do Tribunal Regional do Trabalho da 9ª Região (Paraná), para sua nomeação ao cargo de Ministro Togado do egrégio Tribunal Superior do Trabalho, em Brasília, constitucionalmente reservado a Juiz de Carreir-

ra.

Sala das Sessões, em 01.11.95

(aa) RENATO ADUR

ANIBAL KHURY

Apoiamiento: Luiz Accorsi, Luiz Claudio Romanelli, José Tavares, Orlando Pessuti, Caíto Quintana, Nelson Garcia, José Maria Ferreira, Beto Richa, Cezar Silvestri, Algaci Túlio, Remy Borsatto, Sâmis da Silva, Walmor Trentini, Edson Silva Lino, Durval Amaral, Cleiton Kielse, Antonio Annibelli, Emerson Nerone, Valdir Rossoni, Albanor Gomes, Augustinho Zucchi, César Seleme, João Techy Filho, Toti Colaço, Geraldo Cartário, Nelson Tureck, Milton Puppio, Edno Guimarães.

JUSTIFICATIVA:

O egrégio Tribunal Superior do Trabalho, em sessão realizada no corrente mês de outubro, pelo voto dos integrantes de seu Colégio de Ministros Togados, incluiu o nome do ilustre magistrado paranaense João Oreste Dalazen em lista quádrupla de merecimento, para promoção àquela egrégia Corte, para preenchimento de duas vagas destinadas aos juízes de carreira, decorrentes das aposentadorias de dois magistrados do mesmo TST.

O ínclito magistrado, que também é mestre em Direito e Professor concursado da Universidade Federal do Paraná, tem em seu favor uma notável folha de serviços, obtida pelo esforço e dedicação pessoais à causa da Justiça e do Direito do Trabalho.

Ex-Procurador da Caixa Econômica Federal, ingressou na magistratura do trabalho por concurso público de provas e títulos em 10 de dezembro de 1980, tendo sido promovido pelo critério de merecimento ao cargo de Juiz-Presidente da Junta de Conciliação e Julgamento em julho de 1982. Como tal, jurisdicionou JCJs em Maringá, Guarapuava e Curitiba. Em 1993, mais uma vez pelo critério de merecimento foi alçado ao cargo de Juiz Togado do Tribunal Regional do Trabalho do Paraná.

O lançamento de obra jurídica-didática no ano passado mais as dezenas de artigos jurídicos em revistas especializadas no Direito Trabalhista, bem assim em periódicos diversos, espelham de forma inequívoca as brilhantes contribuições do ilustre magistrado à ciência jurídica paranaense e brasileira.

De outro lado, o exercício do magistério superior na Pontifícia Universidade Católica do Paraná, desde 1986, que por duas vezes lhe rendeu homenagens dos estudantes daquela instituição de ensino, retratam o prestígio de que desfruta junto à comunidade. Também a Associação dos Magis-

trados Brasileiros, entidade que congrega todos os juízes do país, o agraciou com a "Medalha José Albano Fragoso", por seus distintos serviços prestados à judicatura nacional.

Sua nomeação ao cargo de Ministro Togado do egrégio TST, a par de dotar aquela Corte de membro operoso e culto, por certo significará o preenchimento digno da lacuna hoje existente, além de premiar o Sul Brasileiro, tão carente de representação nas Cortes Superiores Brasileiras. O reconhecimento de suas qualidades, pelos próprios integrantes do Colégio de Ministros Togados, se verificou uma vez mais no ano passado, com a outorga de comenda da "Ordem do Mérito Judiciário do Trabalho".

Justo, portanto, que o Poder Legislativo do Paraná se empenhe na indicação do aludido magistrado, recomendando-o ao Excelentíssimo Senhor Presidente da República, porquanto a nomeação significará, também, o engrandecimento do próprio judiciário trabalhista paranaense.

Uma vez aprovado o presente, seja encaminhado, em caráter de urgência, cópia desta proposição aos Excelentíssimos Senhores Presidente da República e Ministro de Estado da Justiça.

REQUERIMENTO N° 3290

Senhor Presidente.

Observado o que dispõe o artigo 55 da Constituição Estadual e o artigo 135 do Regimento Interno, o adiante nominado, Deputado com assento nesta Casa, REQUER à Mesa seja oficiado ao Presidente do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, Conselheiro Nestor Baptista, solicitando ao mesmo que forneça cópia autenticada das prestações de contas daquele Tribunal relativas ao ano 1994 e aos três primeiros trimestres do ano de 1995, formuladas nos termos do artigo 75, parágrafo quarto, da Constituição Estadual.

Cabe destacar que essa solicitação foi feita, primeiramente, ao Presidente da Comissão Permanente de Tomada de Contas, na Assembléia, Deputado Valdir Rossoni. Este alegou não ter a posse desses documentos, a despeito da competência daquela Comissão. Posteriormente, em 28 de setembro do corrente ano, foi endereçada correspondência ao Presidente da Assembléia, Deputado Anibal Khury, sendo que, até o presente momento, não houve resposta.

Sala das Sessões, em 01.11.95.

(a) EMERSON NERONE

Projeto de Lei:

PROJETO DE LEI N° 467/95
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública, a Associação Comunitária da Vila Cristina, Vila Rosa e Jardim Adriana.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 01.11.95.

(a) PÉRICLES MELLO

JUSTIFICATIVA:

A Associação Comunitária da Vila Cristina, Rosa e Jardim Adriana fundada há mais de 02 (dois) anos, presta serviços comunitários e assistenciais, através de seus associados, constituindo-se numa somatória de experiências e forças para atuação organizada, com o objetivo de sensibilizar a sociedade em geral.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao primeiro orador inscrito, Senhor Deputado Péricles de Mello.

O SR. PÉRICLES DE MELLO - Senhor Presidente, Senhora e Senhores Deputados.

Queremos fazer nossa as palavras de Paulo Sérgio Pinheiro, analisando a violência do nosso País, quando diz que um Governo democrático não pode tolerar despejos, assassinatos e torturas de populações indefesas que querem apenas trabalhar a terra. Nós dizemos isso porque temos medo que se repita, mais uma vez, a tragédia de Curumbiara com relação aos trabalhadores sem-terra. No momento em que o Presidente da República muda o diretor do INCRA e demonstra pelo menos uma intenção de tratar com mínimo de seriedade a grave questão agrária do nosso País, começa a realizar prisões de líderes trabalhistas sem-terra do Pontal do Paranapanema.

Em função disso, a Bancada do Partido dos Trabalhadores solicitando o apoio de vários Deputados, subscreveu ontem, o fiz, ao Juiz de Direito, Dr. Darci Lopez Beralto, da Vara Distrital de Pirapozinho, Comarca de Presidente Prudente em São Paulo, solicitando a libertação dos índios sem-terra, manifestando uma posição contrária a essa prisão que julgamos sem nenhuma necessidade que só vem trazer mais problemas para a grave questão da terra e não traz nenhuma solução. (Lê):

"Nós, Deputados Estaduais pelo Estado do Paraná, abaixo subscreitos, vimos através desta comunicar nossa preocupação a respeito dos fatos acontecidos no dia de ontem 30/10/95, envolvendo o pedido de prisão preventiva de José Kamna Júnior, Laércio Barbosa, Mário Barreto e Deolinda Alves (estes dois já presos e recolhidos ao Presídio do Carandiru), bem como a solicitação de prisão, para mais 09 (nove) trabalhadores Sem-Terra, Jonas de Andrade

Justino, Claudemir Marques Cane, Creusa Maria Turato, Manoel Neves dos Santos, Felinto Procópio, Valter Gomes, Davi P. da Silva, José Eduardo Gomes de Moraes e Zé-lito Luz da Silva.

É do conhecimento público que a luta pela terra, para viver, plantar e produzir, assume em nosso país a dimensão de um enorme conflito social. O próprio Presidente da República, Fernando Henrique Cardoso, avocou para si a responsabilidade sobre o processo de distencionamento da luta pela terra, nomeando para exercer a Presidência do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA órgão encarregado de proceder as negociações, sobre as desapropriações e assentamentos, entre o governo, movimento dos trabalhadores sem-terra e entidades da sociedade civil, o seu amigo e secretário particular Dr. José Grazziano. Este manifestou-se publicamente afirmando que as prisões, neste momento, apenas contribuem para dificultar ainda mais o processo de negociação com o movimento.

Desta forma, solicitamos colocar em liberdade Márcio Barreto e Deolinda Alves bem como o relaxamento de prisão preventiva para as demais Lideranças acima relacionadas.

Sem mais para o momento,
Atenciosamente."

Assinam os Deputados do PT e demais Deputados dessa Assembléia Legislativa.

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Todos nós sabemos que, em vastas regiões deste país, as terras são griladas, toda a História demonstra isso, desde as Capitâneas Hereditárias, distribuição de Sesmarias depois as terras devolutas, que passaram por dentro do Estado a partir da Proclamação da República, a grilagem se estendeu em todo o Brasil.

E a nossa justiça defende, antes de tudo, o grileiro de terra e não o trabalhador desesperado, que ocupa uma terra para plantar e sobreviver. Com base nisso, e pegando particularmente o caso do Pontal de Paranapanema, onde as terras são terras do Estado, griladas inicialmente por grileiros de terras que depois vendem para empresários e fazendeiros. E por esse motivo é que o movimento sem-terra ocupa aquelas áreas de forma preferencial para tentar reverter o quadro faz uma reforma agrária. São milhares de hectares de terras em São Paulo, que pertencem ao Estado estão griladas, por isso, que ali estão os sem-terra. Agora acontece que a justiça neste País e todo o processo que diz respeito a propriedade da terra, ela defende o grileiro, e não aquele que ocupa. Nós sabemos que se um grileiro que pode ter um documento fajuto ir até um Juiz no Tribunal, antes de um ano de uma ocupação de

trabalhadores sem-terra, consegue, através de um rito sumário, uma liminar que obriga os trabalhadores a sair da terra.

É o que aconteceu em Corumbiara possibilitando a ação do despejo, ação violenta da polícia. Liminarmente, ou seja, o juiz não julga, não ouve a parte contrária, não ouve os trabalhadores sem-terra quando ocupa uma área, para que eles possam provar, que aquela área grilada ou que aquela área devoluta, ele simplesmente dá liminar tirando os trabalhadores e obrigando despejo, agindo favoravelmente a injustiça deste País.

Ora, com base neste aspecto a um projeto do Deputado Federal do nosso Partido em tramitação em Brasília. É uma das reivindicações fundamentais do nosso Partido ao Presidente da República, para que se mude o processo no que diz respeito à reintegração de posse, que deixe de existir rito sumário, para desocupação de terra. Tem que ser um rito ordinário, ou seja, se for aprovado essa lei, o juiz não pode mais conceder liminar para tirar os trabalhadores sem-terra de sua terra. Ele precisa ouvir as duas partes para julgar. Este projeto é de extrema importância, porque ele vai impedir, sem dúvida nenhuma, que aconteçam novas tragédias no campo, como aconteceu em Corumbiara. E vai fazer com que a justiça seja realmente equilibrada, ouvindo as duas partes, para depois emitir um parecer de despejo. E não como é hoje que defende o pseudoproprietário, os grandes grileiros de terra e prejudica os trabalhadores rurais sem-terra que nada querem que ocupar uma terra produtiva para poder sobreviver.

Segundo o Projeto de Lei que também é reivindicação do nosso Partido, e do Movimento da Reforma Agrária, com o memorial a Reforma Agrária, é o projeto que obriga que o Promotor de Justiça acompanhe todo o processo de desapropriação. Se isso já vigorasse no País, não tinha acontecido a tragédia, que aconteceu em Corumbiara. Por que o Promotor estaria junto com a polícia, acompanhando o processo, impedindo que a polícia agisse na calada da noite. Matando líderes indefesos, crianças que morreram em Corumbiara. Esta grande tragédia do nosso País, que se diz um Estado Democrático.

Mas além disso, Senhor Presidente e Senhores Deputados. Ao 3º Projeto que inscreve, o crime de trabalho escravo, como crime hediondo. E o trabalho escravo pode aparecer para alguns que só existe nos lugares mais longínquos, nestes países menos civilizados. Não é verdade. Eu mesmo vi trabalho escravo em Araputí, em fazenda do Bamerindus. A mesma cena que se repete.

Os chamados Gatos, são contratados para disfarçar um trabalho numa grande Em-

presa. Há trabalhadores desesperados desempregados. Regimentos que levam para o meio das fazendas. Os trabalhadores já chegam perdendo a passagem, e não podem sair porque estão sempre devendo, não recebe dinheiro nem para pagar a comida, durante o mês. Existe trabalho escravo e semi-escravo em terras aqui no nosso Estado.

O Sr. Dr. Rosinha (aparte) - Se referia ao trabalho escravo, quero lembrar, o meu companheiro Péricles. Na legislatura passada o Deputado Ovídio Constantino junto com outros Deputados e a Promotoria Pública do nosso Estado, flagrar trabalho escravo no Município de Laranjeiras do Sul, aonde inclusive vinculou imagens a nível estadual de televisão mostrava uma mulher com seus filhos que moravam junto de um chiqueiro, no chiqueiro dos porcos. E foi formada uma Comissão Especial aqui neste Parlamento, para fazer estes estudos. E também na Legislatura passada estive junto com a Pastoral da Terra numa Usina em Ibaiti, aonde foi constatado o trabalho escravo e lá estivemos juntos com a Promotoria Pública que também naquela ocasião abriu processo contra essa Usina, então quando se fala de trabalho escravo, se imagina, às vezes, sejam longínquos, ou até mesmo os índios de São Jerônimo da Serra, das duas reservas, como as de Apucarantina, no Município de Londrina, são conduzidos para trabalhar em Usinas do Mato Grosso e em regime de trabalho de semi-escravidão também, denunciado por nós, em outros momentos aqui neste Parlamento.

Então, estamos cheio de exemplos e de casos de trabalho-escravos aqui no Paraná, ou mesmo nos Estados vizinhos sem ficar imaginando que isso vai existir no Norte ou Nordeste do País. E, também aqui houve uma Comissão Especial que verificou a questão do trabalho do menor na colheita de algodão e esta Comissão Especial também constatou trabalhos em regime de semi-escravidão com crianças inclusive recentemente abordado pela imprensa nacional que continua existindo esse tipo de trabalhos em nosso País.

O SR. PÉRICLES DE MELLO - Obrigado, Dr.

Rosinha, acho que a sua experiência nesta Casa esclarece os absurdos que ainda continuam existindo num País que se diz democrático, que vive num Estado de Direito.

Mas, Senhor Presidente, Senhores Deputados, uma das reivindicações mais importantes do Memorial pela Reforma Agrária é também reivindicada ao Presidente da República uma mudança na Legislação no que diz respeito a Emissão de posse para os Imóveis desapropriados.

Nós sabemos hoje quando o Governo Fe-

deral decreta uma desapropriação através do INCRA, ele não pode utilizar-se da terra nem se omitir na posse da terra, antes que tenha um longo processo judicial.

A posição que reivindicamos e que imediatamente após ter sido decretada a desapropriação, o Governo possa tomar posse da terra, e distribuí-la para os trabalhadores sem-terra, só depois do processo judiciário que o proprietário, podendo se provar que a terra é efetivamente produtiva, então sim, o Estado terá que pagar no valor real de mercado e comprar terra e não desapropriar, ou seja, nós invertemos a Legislação, a Legislação atual favorece e impede a Reforma Agrária, favorece o grande latifundiário produtivo, porque o INCRA decreta a desapropriação, vai demorar um, dois, três, quatro, cinco anos, uma briga na justiça para que o Governo possa provar ou não que a terra é improdutiva, quando isso não pode haver reforma agrária, nós queremos inverter esse processo, na medida em que o INCRA desapropria uma terra, ele pode distribuir imediatamente a terra, o processo continua na justiça, se o dono da terra provar que a terra é produtiva, então o INCRA, o Governo Federal terão que pagar daí não em título de dívida agrária, mas pagar o valor de mercado até imediatamente, nós invertemos o processo, porque só assim será possível a efetivação de uma reforma agrária.

Senhor Presidente, Senhores Deputados, ao mesmo tempo que o Governo promove a substituição do Presidente do INCRA e afirma que a reforma agrária passará a ser encarada com prioridade, o Ministério do Colegiamento encaminha ao Congresso Nacional, o Projeto de Orçamento da União para 1996 que parece apontar numa outra direção, segundo esse projeto, propõe-se uma acentuada redução, tanto em relação a meta de assentamento de famílias, como em relação ao orçamento do INCRA, em primeiro lugar, esse projeto apresenta um de 1/3 da programação de assentamentos, a meta de assentar em 96, cerca de 60 mil famílias foi reduzida para 40 mil famílias, sob alteração de que o custo para implantação de assentamento é ainda muito alto, segundo, propõe-se uma diminuição de recursos para 95, está previsto um gasto de 1,8 bilhões, enquanto para 96 foi orçado apenas 750 milhões de reais, isso representa um corte de 30% do orçamento da reforma agrária, isso demonstra, Senhor Presidente, Senhores Deputados, que sem luta não haverá reforma agrária no País, e daí a necessidade do fortalecimento do movimento popular organizado, só assim é que a reforma agrária está na mídia, só assim é que os governos sempre se dirijam um pouco para esse grave problema num País de uma concentração

monstruosa de terra, onde 2% dos grandes proprietários são donos da metade do território nacional.

Por isso, é que nós queremos reivindicar essa forma a liberação imediata das lideranças do LST do Pontal do Paranapanema e as mudanças da Legislação para que possa efetivamente, acontecer reforma agrária em nosso País, e esperamos que o Governo do Estado do Paraná se coloque também a favor dos pequenos, dos que nada têm, e impeça que desfechos violentos volte acontecer no nosso Estado.

Muito obrigado, Senhor Presidente, Senhores Deputados.

O SR. PÉRICLES DE MELLO - Muito obrigado, Senhor Presidente, Senhores Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Horário das Lideranças.

PSC.

(Declina.)

PMDB.

(Declina.)

PTB.

(Declina.)

PDT. PSDB. PFL. PPR. PP.

(Declinam.)

Liderança do Governo.

O SR. ALGACI TÚLIO - Senhor Presidente, Senhores Deputados, Senhora Deputada.

Venho à tribuna para mostrar homenagem, hoje à cidade de Morretes que completou no dia de ontem 262 anos de emancipação política. Cidade que conserva ainda os aspectos da colonização, inclusive de imigrantes italianos. Exibe uma infra-estrutura crescente para turismo, mas não suficiente para atender com qualidade milhares de pessoas de todo o País e exterior que chegam, principalmente, nos fins de semana, nos grandes feriados.

A igreja antiga, as ruas cuja maior parte foi coberta pelo asfalto moderno, a centenária estrada fazem par com a beleza natural do Rio Nhundiaquara e o Conjunto Marumbi, da Serra do Mar, formado por cinco Picos maiores e outros menores de onde escorrem cachoeiras alvejantes dos rios Catira e São João.

Como dizem os freqüentadores e apaixonados por Morretes, aqui falta planejamento e muita atenção dos Governantes Estaduais e do Município para que seja conhecida uma verdadeira explosão turística.

No entender de José D. Lopes, um desses defensores de Morretes: "É um paraíso perdido em meio à natureza". O acesso é bastante facilitado e não fica além de 100 Km pela BR-277 uma auto-estrada federal com pista dupla.

Ontem, Morretes completou 262 anos. As tradições históricas exibem momentos inte-

ressantes, especialmente, a visita do Imperador D. Pedro II que ali esteve em 05/06/1888 para inaugurar o início da construção da Estrada de Ferro que atravessa a Estrada do Mar, mas houve momentos marcantes da colonização paranaense vividas ali.

Hoje são encontrados habitantes, descendentes diretos dos italianos que deram contribuição relevante para o crescimento da localidade. A mais de cem anos os exemplos desse trabalho estão nos Engenheiros Central - América de Baixo - América de Cima e Marumbi. Ali podem ser encontrados o Engenho de Aguardente e a Casa Grande de propriedade da família Nhata, avós de José Lopes.

Na igreja próxima ao Nhundiaquara, este quadro de pintura a óleo de Theodoro de Bona, outro descendente dos italianos que dedicou muito da própria vida a difundir e apoiar Morretes.

E, ontem, Senhor Presidente, Senhores Deputados, este Parlamentar, juntamente com outras autoridades, com o Vice-Prefeito de Curitiba, José Carlos Gomes de Carvalho, com Ex-Prefeito da Cidade de Morretes e com outras personalidades foi agraciado com a Comenda Lírios do Nhundiaquara. Comenda esta que já tem o Presidente desta Casa, Deputado Anibal Khury, pelos serviços prestados àquele Município.

Morretes, realmente é uma cidade histórica, é uma das cidades mais bonitas do Estado do Paraná, a exemplo de Antonina, a exemplo de Guaraqueçaba.

E nós tivemos, ontem, a felicidade de receber das mãos do Prefeito Júlio Salomão a homenagem Lírios do Nhundiaquara, que é dada a pessoas, a personalidades que se destacaram no cenário paranaense e no cenário nacional.

Foi uma festa muito bonita, presenciada ontem lá no Teatro Municipal, em Morretes, totalmente lotado com o prestigiamento de companheiros aqui da Assembléia, Deputado Cesar Seleme, Deputado João Tecchi, Deputado Luiz Carlos Martins, Vereadores de Curitiba, Vereadores do Litoral, Prefeito do Litoral que ontem prestigiaram este acontecimento.

Por isso, venho à Tribuna mas em forma de homenagem a Cidade de Morretes, esta Cidade histórica, que tem sido uma ligação, muito grande para os portos de Antonina, para o porto de Paranaguá, a Cidade que tem como sua Padroeira, Nossa Senhora do Porto, a Cidade que tem figuras ilustres como: Teodoro de Bona, como João Silveira e tantos outros nomes que marcaram a história daquela Cidade.

Deixo aqui, Senhor Presidente, Senhores Deputados, o registro desta homenagem, à Cidade de Morretes, a seus habitantes, enfim a todos aqueles que admiram àquela

cidade e que conhecem, pela sua beleza natural, pelo seu barreado, enfim, pela sua hospitalidade, que é dada pelo povo daquela cidade.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Encerrado o Horário das Lideranças.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,
com a presença de 41 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Péricles de Mello, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado..** À Diretoria Legislativa.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

ITEM 01

2.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução nº 042/95 de autoria do Deputado Anibal Khury que altera o Art. 1º da Resolução nº 034/94, de 21 de novembro de 1994 (alienação de lote da colônia Boa Ventura). **PA-RECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. Em Votação.**

O SR. DR. ROSINHA (Para Encaminhar) - Sr. Presidente, Srs. Deputados, numa análise feita pela nossa Bancada, junto com a nossa Assessoria Jurídica, constatamos, que a Resolução nº 34/94, ela é inconstitucional, que não cabe à Assembléia Legislativa legislar, sobre o tema que versa, esta Resolução.

E o atual Projeto de Resolução 42/95, conseqüentemente também é inconstitucional, uma vez que ele propõe, a mudança do anterior, e nesse sentido a Bancada do PT, sabendo que não cabe a essa Assembléia, legislar a respeito desse tema cabe sim ao Poder Executivo.

Então votaremos contrário.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Os Senhores Deputados que aprovam o projeto conservem-se como estão.

Aprovado, artigo por artigo, com o voto contrário da Bancada do PT.

ITEM 02

1.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 146/95 de autoria do Deputado Antônio Anibelli que autoriza a criação do Colégio Agrotécnico Estadual "Domingos Forte", a ser instalado no Polo Educacional da sede do Município de União da Vitória. **PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J., C.E.C.E. e C.E.M.A.. Aprovado.**

PROJETO DE LEI Nº 146/95

A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a criar o Colégio Agrotécnico Estadual "Domingos Forte" a ser instalado na sede do Município de União da Vitória e que deverá funcionar nos moldes dos demais Colégios Agrícolas do Estado.

Art. 2º - A direção do Colégio e a Secretaria de Estado a que pertencer, em convênio com a Secretaria de Estado do Meio Ambiente, firmarão contrato de COMODATO em áreas de terras estaduais, disponíveis nos Municípios da região para ali realizar as aulas práticas e experimentais.

Parágrafo Único - Fica também autorizado a acolher outros cursos e disciplinas para o aperfeiçoamento das novas gerações rurícolas.

Art. 3º - O Poder Executivo regulamentará a presente Lei, no prazo de 90 (noventa) dias, a contar de sua publicação.

Art. 4º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 02.05.95.

(a) ANTONIO ANNIBELLI

JUSTIFICATIVA:

O Projeto de Lei que ora se submete a doura consideração desta Casa de Leis, e que tem por objeto a autorização para a criação do Colégio Agrotécnico Estadual "Domingos Forte" a ser instalado no Município de União da Vitória, fundamenta-se essencialmente nas aspirações de há muito pela comunidade e pelas lideranças regionais, com vistas a oferecer à região a melhor qualidade de ensino aos jovens que terão oportunidade de permanecerem entre os seus e, que num futuro muito próximo tenham chance de trabalho junto às populações tradicionalmente vinculada a agropecuária.

Considerando tais aspectos e movidos por fatores que determinam a urgente necessidade de investir no homem do campo e no crescimento da região estimulando os sentimentos de solidariedade com população trabalhadora, pois trata-se de dispositivo de relevante peso social, constituindo-se numa iniciativa que abrirá oportunidade para os jovens de toda a vasta região de União da Vitória.

O grande desenvolvimento econômico-social da região determina um tratamento todo especial por parte das autoridades estaduais, permitindo um acesso mais rápido à moderna tecnologia.

Quanto ao mérito, entendemos que a proposição em causa tem a mais alta proce-

dência técnica e social, e que por vários motivos devemos aplicar os mais elementares preceitos de amor e fraternidade, resgatando uma antiga reivindicação da população da região.

A criação do Colégio Agrotécnico Estadual "Domingos Forte" que, com o seu nome estaremos homenageando o saudoso, boníssimo chefe de família, grande empresário, Diretor de uma das maiores empresas do ramo da agroindústria do Sul do país, falecido em 21 de abril de 1992. Domingos Forte plantou em todos os cantos do sul paranaense uma semente a germinar confiança no amanhã, respeitado pela sua visão e pelo arrojo como empresário bem sucedido. Além disso, participou sempre de todos os movimentos sociais e filantrópicos onde foi convocado em favor da causa paranaense. Foi símbolo de cidadão, empreendedor e participativo, paradigma dos nossos homens de negócios e paladino das grandes causas.

Com a aprovação deste projeto de lei pelos nobres pares desta Casa de Leis, homenagearemos o líder ausente, o timoneiro e que seu exemplo seja a inspiração a todos os jovens que frequentarão o futuro Colégio, cuja aprovação pelo Legislativo Paranaense será banhar com a luz da esperança a face de toda a população daquela região.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI N° 146/95

P A R E C E R:

O Projeto de Lei n° 146/95, de autoria do nobre Deputado Antônio Martins Annibelli, visa autorizar o Poder Executivo a criar o Colégio Agrotécnico Estadual, no Município de União da Vitória.

Trata-se de matéria que merece os nossos aplausos, devido à necessidade que observamos hoje em preparar melhor os profissionais na área agrícola.

Por tratar-se de projeto e lei autorizatório, não existe nenhum óbice no aspecto constitucional ou regimental, quanto a sua tramitação normal.

Somos de parecer favorável.

É o parecer.

Sala das Sessões, em 06.06.95.

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente

GERALDO CARTÁRIO - Relator

PROJETO DE LEI N° 146/95
COMISSÃO DE ECOLOGIA E MEIO AMBIENTE

P A R E C E R:

O projeto de lei em epígrafe, de autoria do nobre Deputado Antônio Annibelli, visa autorizar o Poder Executivo a criar o Colégio Agrotécnico Estadual a ser instalado no Município de União da Vitória.

Considerando ser este projeto de relevante importância para a região, no âmbito

de oferecer aos profissionais da área agrícola maior oportunidade de trabalho, junto às populações vinculadas à agropecuária.

Do ponto de vista regimental e constitucional, nada possui o mencionado projeto de lei, que impeça a sua normal tramitação e posterior aprovação por este Poder Legislativo.

É o parecer.

(aa) IRONDI SILVERIO - Presidente
IRINEU COLOMBO - Relator

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE

P A R E C E R:

O projeto do nobre Deputado Antonio Amibelli está perfeitamente condizente com as necessidades da região de União da Vitória.

Um colégio agrícola deste porte corresponde às necessidades da região devido a necessidade dos pequenos agricultores de profissionais qualificados técnica e cientificamente.

Esta necessidade é ainda maior neste momento em que a implantação do MERCOSUL e da abertura econômica brasileira ao mercado mundial requer que as regiões agrícolas, definam políticas que capacitem as suas potencialidades ou então que promovam uma reestruturação, visando a transição para culturas que possibilitem a subsistência dos pequenos agricultores.

Neste sentido o Colégio Agrotécnico Estadual "Domingos Forte" condiz tanto com a necessidade de promover a formação de técnicos capacitados como a necessidade de suporte técnico por parte dos pequenos agricultores da região.

Somos, portanto, de parecer favorável. Este é o parecer.

Sala das Comissões, em 07.06.95.

(aa) PÉRICLES MELLO - Presidente
WALMOR TRENTINI - Relator

ITEM 03

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 157/95, e autoria do Deputado Nelson Garcia, que cria a obrigatoriedade de Palestras Preventivas de Combate às Drogas, nas atividades de Rede Estadual de Ensino. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J., C.E.C.E. e C.S.P.. **Aprovado**

PROJETO DE LEI Nº 157/95

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica criada a obrigatoriedade da realização de palestras sobre drogas tóxicas e entorpecentes em geral, nas atividades das escolas da rede pública estadual do Paraná.

Art. 2º - As palestras deverão ter fi-

nalidades preventivas, combativas, educativas e informativas e serão dirigidas aos alunos da rede estadual de ensino, respectivos pais ou responsáveis e comunidade.

Art. 3º - Caberá à Secretaria de Estado da Educação em parcialidade com a Secretaria de Estado da Saúde, estabelecer as diretrizes básicas para adequação na metodologia do processo, podendo firmar Termo de Cooperação Técnica com os Conselhos Municipais, Estadual e Federal de Entorpecentes, e outros órgãos afins.

Art. 4º - As escolas estaduais deverão inserir em suas atividades extra-curriculares, palestras de prevenção e combate às drogas, alertando quanto ao uso, tráfico, consequências, tipos e dependências, bem como respectivos comprometimentos físicos, psicológicos, familiares e sociais.

I - Será imprescindível que os palestrantes sejam profissionais especializados, com conhecimento de causa e experiência na área, podendo os professores das escolas estaduais e/ou profissionais da área de saúde, devidamente orientados, serem os prelecionadores das informações sobre drogas;

II - As atividades e programas oriundos desta área deverão ter direção psicopedagógica a fim de não comprometer os objetivos e a saúde mental dos alunos e demais envolvidos;

III - As referidas palestras deverão ser incluídas no calendário escolar das escolas estaduais vinculadas a Secretaria de Educação, com previsão de no mínimo, uma palestra a cada semestre.

Art. 5º - Serão criados nas escolas da rede estadual, "Comitês de Prevenção à Saúde", que em conjunto com a direção psicopedagógica, citada no Art. 4º - item II, se incumbirão do preparo dos professores e da inserção nas diferentes disciplinas.

Art. 6º - A programação deverá envolver os pais ou responsáveis, como estratégia de continuidade de prevenção e alerta ao consumo de entorpecentes, facilitando o acesso a delegado também, responsabilidades à família e à comunidade.

Parágrafo Único - poderão ser envolvidas as Associações de Pais e Professores e organizações comunitárias interessadas, visando a congregação de esforços e recursos para o alcance dos objetivos.

Art. 7º - Caberá às escolas estaduais a elaboração de relatórios e documentação inerentes ao assunto, os quais serão encaminhados à Secretaria de Estado da Educação para fins de controle, "feed back" e avaliação, realimentando novas estratégias

e diretrizes de ação.

Art. 8º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 09.05.95.

(a) NELSON GARCIA

JUSTIFICATIVA:

Tal proposta de lei fundamenta-se em sugestão do Senhor ANTONIO CARLOS BASILIO DA SILVA, cujo conteúdo demonstra a preocupação quanto ao consumo de drogas, propondo um trabalho de prevenção junto às escolas da rede estadual de ensino e objetivando a conscientização do jovem sobre os riscos e comprometimentos físico, psicológico, familiar e social que está exposto um viciado em drogas.

É nítida a constatação do alastramento do consumo de drogas entre os adolescentes, especialmente nas escolas, local que se tornou o alvo predileto da ação dos traficantes pela falta de informação e conhecimento dos jovens sobre o assunto. A realização de palestras nos estabelecimentos da rede estadual de ensino com abrangência ampla sobre o uso e tráfico de drogas, visa o combate ao consumo de entorpecentes.

Este trabalho de caráter preventivo entre o poder público e a comunidade, vem preencher um hiato existente quanto à sistematização de atividades desta natureza, pedagogicamente orientadas e de grande alcance social.

Já em vigor no Município de Curitiba, através da Lei nº 7919, de 14/05/92 apresentada pelo Nobre Vereador MARIO CELSO CUNHA, tem sido acompanhada com êxito a sua implantação e funcionamento, preparando e prevenindo os jovens curitibanos desse grande mal que atinge as famílias de todas as nações.

**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 157/95**

PARECER:

De autoria do Deputado Nelson Garcia, o Projeto de Lei nº 157/95, tem por finalidade criar a obrigatoriedade de palestras preventivas de combate às drogas, nas atividades da rede estadual de ensino.

Da análise do referido projeto, em razão de não encontrarmos nenhum óbice de natureza constitucional, legal ou regimental, opinamos favoravelmente.

Sala das Comissões, em 23.05.95.

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente
CARLOS SIMÕES - Relator

**COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES
PROJETO DE LEI Nº 157/95**

PARECER:

A presente proposição, de autoria do Deputado Nelson Garcia, cria a obrigato-

riedade de palestras preventivas de combate às drogas, nas atividades da rede estadual de ensino.

Já tendo recebido parecer favorável da Douta Comissão de Constituição e Justiça, ao ser chamada esta Comissão também opina favoravelmente pela aprovação do projeto de lei em tela, por entender que o mesmo só trará benefícios no combate às drogas, um mal que compromete o desenvolvimento físico, psicológico e social da nossa juventude.

Assim sendo nosso parecer é favorável, opinando-se pela sua aprovação.

Sala das Sessões, em 29.05.95.

(aa) PÉRICLES MELLO - Presidente
RENATO ADUR - Relator

**COMISSÃO DE SAÚDE PÚBLICA
PROJETO DE LEI Nº 157/95**

PARECER:

A presente proposição, de autoria do Deputado Nelson Garcia, cria a obrigatoriedade de palestras preventivas de combate às drogas, nas atividades de rede estadual de ensino.

Já tendo o referido projeto de lei recebido parecer favorável da Douta Comissão de Constituição e Justiça, ao ser encaminhado o presente a esta Comissão, para oferecimento de seu Parecer, entendemos, o seguinte:

De análise e estudo feito no referido projeto, entendemos não existir nenhum óbice que transgrida nenhuma norma de natureza constitucional, legal ou regimental, razão pela qual, opinamos favoravelmente pelo prosseguimento do mesmo.

É nosso parecer.

Sala das Comissões, em 29.08.95.

(aa) LUIZ ACCORSI - Presidente
JOCELITO CANTO - Relator

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Sobre a mesa, Requerimento nº 3291, de autoria do Senhor Deputado Nelson Garcia, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

O SR. WALMOR TRENTINI (Pela Ordem) - Gostaria que a Mesa registrasse - e nós agradecemos - aqui a presença do nosso Prefeito Vandemir Palmiere, de Santa Mônica, que acompanha a nossa Sessão.
Obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Requerimento nº 3285, de autoria do Senhor Deputado Beto Richa, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 3287, de autoria do Senhor Deputado Orlando Pessuti, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 3288, de autoria do Senhor Deputado Valdir Rossoni, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 3289, de autoria dos Senhores Deputados Anibal Khury e Renato Adur, com apoio dos Senhores Deputados Luiz Accorsi, Luiz Cláudio Romanelli, José Tavares e demais Senhores Deputados, constantes do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 3290, de autoria do Senhor Deputado Emerson Nerone, constante do expediente. **Em Discussão.**

O SR. ALGACI TÚLIO (**Pela Ordem**) - Para discutir, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Anibal Khury**) - Adia-se a discussão para a próxima sessão, na

forma do Artigo 155, do Regimento Interno.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para segunda-feira, dia 06, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

2.^a DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei n°s 146 e 157/95.

1.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 061/95;

do Projeto de Lei Complementar n° 144/95; e dos Projetos de Lei n°s 230, 276, 450, 451 e 453/95.

. Levanta-se a sessão.